



ARTIGO

# Análise intertextual de protestos em polêmicas públicas no ecossistema X

*Intertextual analysis of protests in public controversies in the X ecosystem*

**Maria da Graça dos Santos Faria**

faria.maria@ufma.br

Universidade Federal do Maranhão, UFMA, São Luís, MA, Brasil

**Rafael Botelho Dutra**

rafael.botelho@discente.ufma

Universidade Federal do Maranhão, UFMA, São Luís, MA, Brasil

## Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar os processos intertextuais estritos e amplos na construção de sentidos de textos produzidos por sujeitos engajados em práticas discursivas de protesto no ecossistema X. Para tanto, fundamenta-nos na noção de motivações do protesto postulada pela Psicologia Social do Protesto, bem como na de função social do protesto da polêmica pública, fundamentada no âmbito da comunicação verbal pela Teoria da Argumentação no Discurso. Utilizamos, ainda, a intertextualidade, categoria da Linguística Textual, para analisar os sentidos do texto digital de protesto, a fim de observarmos as motivações dos sujeitos nesse tipo de movimento social. Além disso, consideramos alguns aspectos tecnolinguageiros fundamentais para a análise de textos produzidos em ambientes digitais, tendo em vista que nosso *corpus* foi constituído por dois textos situados na polêmica sobre o Projeto de Lei 1904/24, produzidos originalmente na rede social X. Os resultados apontam que os diálogos intertextuais não só reforçam um posicionamento coletivo no protesto, mas também sinalizam as motivações dos participantes dessa ação coletiva.

## Palavras-chave

Polêmica. Protesto. Intertextualidade.

## Abstract

The objective of this research is to analyze the strict and broad intertextual processes in the construction of meanings of texts produced by subjects engaged in discursive protest practices in ecosystem as well as the notion of the social protest function of public controversy, based in the scope of verbal communication by the Theory of Argumentation in Discourse. We also use intertextuality, a category of Textual Linguistics, to analyze the meanings of the digital protest text, in order to observe the motivations of the subjects in this type of social movement. Furthermore, we consider some fundamental technological and language aspects for the analysis of texts produced in digital interactions, considering that our corpus, consisting of two texts situated in the controversy over Bill 1904/24, were originally produced on the social network results indicate that intertextual dialogues not only reinforce a collective stance in the protest, but also signal the motivations of the participants in this collective action.

# Linguagem em Foco

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE

## FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 27/08/2024

Aprovação do trabalho: 06/02/2025

Publicação do trabalho: 04/07/2025

10.46230/lef.v17i2.13863

## COMO CITAR

FARIA, Maria da Graça dos Santos; DUTRA, Rafael Botelho. Análise intertextual de protestos em polêmicas públicas no ecossistema X. *Revista Linguagem em Foco*, v.17, n.2, 2025. p. 111-131. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguaginemfoco/article/view/13863>.

Distribuído sob



Verificado com



**Keywords**

Controversy. Protest. Intertextuality.

## Introdução

Por um longo período, os espaços de protestos ficaram restritos às ruas, às praças públicas ou a outros ambientes cuja presença dos indivíduos se dava de forma física. Na contemporaneidade, entretanto, as possibilidades do mundo digital têm potencializado o surgimento de novos espaços para a ocorrência de ações coletivas de protesto.

Neste estudo, partimos de dois pressupostos básicos para entender a concepção de protesto: em primeiro lugar, o protesto é uma parte fundamental da existência humana, com potencial de gerar mudanças significativas em sociedades com democracias pluralistas e participativas<sup>1</sup>, daí, para nós, sua estreita relação com a polêmica pública; em segundo lugar, o protesto se apresenta como uma ação coletiva que se caracteriza como um movimento social (Tarrow, 2009). A esses dois aspectos, acrescentamos, ainda, filiados a uma concepção bakhtiniana de linguagem, que, como atividade que se desenvolve nas interações humanas, a ação coletiva de protesto se revela na construção de enunciados concretos, isto é, na produção, na circulação e na interpretação de textos.

O entendimento de que o texto é uma unidade complexa, reconhecida a partir de diversos estudos na Linguística Textual (doravante LT) brasileira, tem possibilitado a interface entre os critérios analíticos da LT e outras disciplinas. Desse modo, para lidarmos com a complexidade de nosso objeto de investigação, o texto digital de protesto, mobilizamos um conjunto de estudos que nos ajudam a alcançar nosso objetivo principal: analisar os processos intertextuais estritos e amplos na construção de sentidos que reforçam a motivação de sujeitos engajados em práticas discursivas de protesto.

Assim, optamos por analisar dois textos de protesto produzidos na rede social X (Twitter) com a temática que envolve o Projeto de Lei 1904/24, que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive nos casos de gravidez resultante de estupro. O ecossistema X,

<sup>1</sup> A democracia pluralista consiste no entendimento de que várias correntes político-partidárias possuem os mesmos direitos ao exercício do poder político. Por outro lado, a democracia participativa considera vital, para a sociedade, o exercício do poder político pautado no debate público entre cidadãos livres e em condições iguais de participação (Grigoli, 2014).

cujo acesso é livre e gratuito, é uma rede social digital que somente no Brasil, em 2024, contava com mais de 22 milhões de usuários<sup>2</sup>. Nesse espaço digital, há, constantemente, confrontos verbais ancorados em questões polêmicas, daí o rápido desenvolvimento de textos digitais nativos de protesto.

## 1 O protesto na polêmica pública

Este trabalho, que se filia à LT de caráter interdisciplinar, propõe uma aproximação com a chamada Psicologia Social do Protesto (doravante PSP), uma teoria que faz uma abordagem psicosocial tendo o sujeito como unidade de análise. Vemos essa aproximação como a mais produtiva, dentre as teorias que lidam com o protesto, considerando seu foco nas motivações dos sujeitos, de ordem cognitiva e social, para participar (ou não) desse tipo de ação coletiva. Entretanto, não é nosso foco tratar sobre o sujeito nesta pesquisa, já que o objeto da LT é o texto, mas esse elemento nos permite falar em um diálogo amistoso entre as duas disciplinas, pois o sujeito da PSP é dotado de uma motivação e age intencionalmente na prática discursiva de protesto a partir de uma significação sociocultural que o constitui. Tal noção de sujeito pode ser entendida, também, no âmbito da LT brasileira praticada pelo grupo Protexto<sup>3</sup>, em outras palavras, o sujeito para a LT é, a um só tempo, um sujeito que faz escolhas para influenciar o outro, mas também é influenciado por determinações dóxicas, ideológicas, culturais e institucionais (Cavalcante *et al.*, 2020).

Klandermans (2015) aponta que os psicológos sociais do protesto buscam responder a questões como: Por que algumas pessoas participam de movimentos sociais, enquanto outras não? Qual é a dinâmica motivacional no processo de mobilização do protesto? Em nosso lugar de fala, a LT, buscamos responder a seguinte questão: De que maneira a mobilização de processos intertextuais contribui para a construção de sentidos que reforçam as motivações de sujeitos engajados em ações coletivas de protesto?

De acordo com Klandermans (2015) e Rosa e Klandermans (2022), além de fatores como a insatisfação, as queixas e o contexto social, é importante considerar que os sujeitos tentam influenciar o ambiente político e social no qual se inserem, identificam-se com um grupo como motor da participação em movi-

2 Os recursos de publicidade do próprio X indicam 22,13 milhões de usuários no Brasil em 2024.

3 Grupo brasileiro de pesquisa em Linguística Textual fundado pela Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante e liderado atualmente pela Profa. Dra. Mariza Angélica Paiva Brito.

mentos de protesto e buscam expressar suas emoções, seus desejos e suas visões de mundo contra os alvos da ação coletiva.

É com base nessas constatações que Stekelenburg e Klandermans (2023) classificam as três razões fundamentais pelas quais as pessoas participam de movimentos sociais de protesto: a) *Instrumentalidade*: nasce a partir de uma insatisfação diante de uma experiência psicossocial que desperta um desejo por mudança. Nesse sentido, de uma perspectiva instrumental, a ação coletiva de protesto reclama por uma solução de suas queixas; b) *Identidade*: os sujeitos podem querer atuar como membros de um determinado grupo, para isso, identificam-se como tal, mas também identificam o alvo (um indivíduo, um grupo, uma instituição etc.) como o adversário; e c) *Expressividade e emoções*: o movimento social de protesto é o lugar para que os sujeitos expressem suas paixões, suas visões de mundo, suas emoções, sua raiva.

Neste artigo, discutimos a relação da polêmica pública com o protesto, destacando o conflito verbal no espaço democrático como constitutivo desse tipo de ação coletiva, bem como indicamos a nossa aproximação com a teoria de Ruth Amossy (2017; 2018), que trata ambos os fenômenos – polêmica e protesto – no âmbito da comunicação verbal<sup>4</sup>. Assim, fazemos breves esclarecimentos teóricos sobre o lugar do dissenso nos estudos argumentativos e apresentamos os aspectos que definem a Teoria da Argumentação no Discurso (doravante TAD), dando ênfase às características da modalidade argumentativa polêmica e à função social de protesto dessa modalidade.

Em seus estudos, Amossy defende uma argumentação retórica que engloba todas as modalidades segundo as quais a fala tentar agir no espaço social. Consequentemente, a TAD insiste na argumentação como aspecto inerente de toda atividade discursiva, o que leva a pesquisadora a colocar o dissenso no campo da retórica, já que a polêmica pública, outrora considerada como uma etapa a ser superada pelas retóricas clássica e contemporânea, passa a ser concebida como uma modalidade argumentativa do discurso. Desse modo, a autora redefine o conceito de argumentação como

4 É necessário frisarmos que, nesta pesquisa, faz-se necessário darmos ênfase a essa aproximação com a teoria da autora, já que, como na Linguística Textual, Ruth Amossy desenvolve sua reflexão a partir da linguagem, da comunicação verbal, do discurso e do texto. Ou seja, vamos incorporar as noções da Psicologia Social do Protesto, mas adaptá-las aos nossos interesses em uma pesquisa que tem como foco o texto e suas dimensões, utilizando a Teoria da Argumentação no Discurso de Amossy como um dos pilares que nos possibilita esse percurso investigativo.

[...] a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário. [...] [a] tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também a modos de pensar, de ver, de sentir (Amossy, 2011, p. 130).

Ao considerar que a argumentação “não participa somente dos textos que tentam fazer aceitar uma tese bem definida, mas também daqueles que levam a compartilhar um ponto de vista sobre o real, reforçando valores, orientando a reflexão” (Amossy, 2018, p. 46), a TAD destaca dois modos distintos de apreender os modos de organização da argumentatividade no discurso: pela *visada argumentativa* (tentativa programada para persuadir o outro) e pela *dimensão argumentativa* (compartilhamento de um ponto de vista, de um modo de sentir).

A distinção entre esses dois modos de organização argumentativa nos discursos levou Amossy a defender um *continuum* da argumentação, em que se podem observar módulos argumentativos (ou modalidades argumentativas), que são “tipos de trocas argumentativas que, atravessando os gêneros do discurso, modelam a forma como a argumentação funciona tanto num quadro dialógico quanto num dialógico” (Amossy, 2008, p. 232).

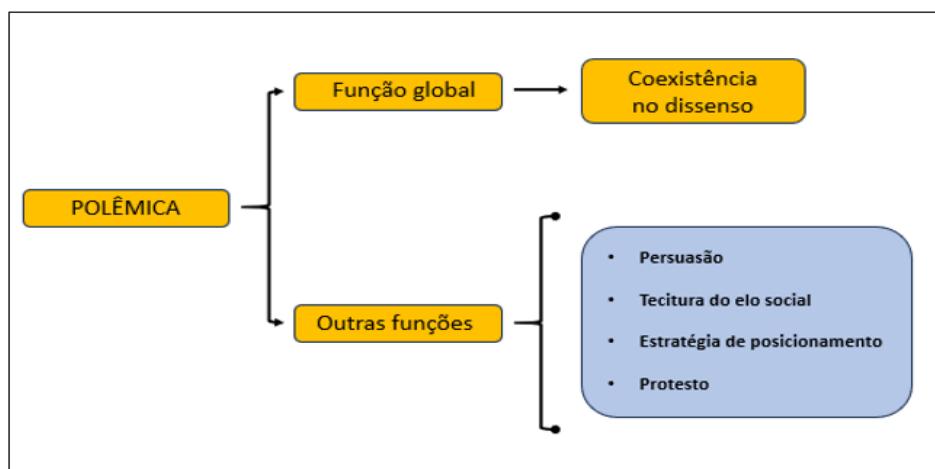
Partindo disso, ela classifica em seis tipos as modalidades argumentativas: demonstrativa, pedagógica, patêmica, de coconstrução, negociada e polêmica. Neste estudo, interessa-nos tratar sobre a modalidade argumentativa polêmica, tendo em vista sua função social de protesto. Assim, ressaltamos a necessidade do diálogo que construímos nesta pesquisa entre a TAD e a PSP, tendo em vista que o estudo do protesto, no âmbito da polêmica pública, possibilita-nos abordar textualmente as motivações apresentadas pelos psicólogos sociais do protesto, já que a teoria de Amossy encontra-se no domínio da comunicação verbal.

É necessário, sem dúvida, insistir sobre o fato de que a polêmica permanece, por definição, no quadro da comunicação verbal. Ela não é, em si, ação, e a retórica do *dissenso* se diferencia nisso da retórica coercitiva como ação simbólica conduzida nas manifestações, nas greves, nas ocupações dos lugares etc. Ela não gerencia conflitos sociais, mas conflitos de opinião envolvidos em conflitos sociais. (Amossy, 2017, p. 213-214).

Os traços que caracterizam a polêmica como modalidade argumentativa do discurso constituem uma  *ancoragem conflital*: a dicotomização (aspecto que dificulta a busca pelo acordo), a polarização social (divisão de grupos que se excluem mutuamente) e a desqualificação do adversário (formas de atacar o discurso e/ou a pessoa que assume o papel de adversário).

Para além desses traços definidores, observamos que a modalidade polêmica é marcada por um contradiscorso que lhe constitui, já que ela gerencia o conflito por assegurar a coexistência no dissenso, mas isso não deve alimentar a equivocada ideia de que a polêmica é o resultado de um fracasso. Ao contrário, segundo Amossy (2017), essa modalidade argumentativa possibilita a exacerbção dos conflitos participando da construção dos espaços públicos e da deliberação cidadã. Mas, além da função global que é a coexistência no dissenso, a polêmica pública “pode também, de acordo com as circunstâncias, cumprir outras funções sociais” (Amossy, 2017, p. 210). Vejamos abaixo o esquema que ilustra essas funções:

**Esquema 1 – As funções da polêmica pública**



Fonte: elaborado a partir de Amossy (2017).

Nesta pesquisa, interessa-nos a função social de protesto. Para a autora, essa função da polêmica ocorre nos casos em que os polemistas utilizam o discurso polêmico como recurso de acusação e de denúncia. Aqui, fazemos um adendo para esclarecer que nem todo discurso polêmico é um discurso de protesto, pelo menos é o que temos observado nos casos concretos analisados pela autora em seus estudos. Por outro lado, não podemos afirmar categoricamente que todo discurso de protesto é um discurso polêmico, pois, apesar de analisarmos textos de protestos situados em polêmicas, é necessário um estudo mais profundo para contemplar essa problemática.

No âmbito dos estudos sociais, Tarrow (2009) defende que o protesto se dá na interação sustentada entre protestantes e opositores/autoridades. Amossy (2017) reconhece essa relação de força, destacando que, quando a polêmica se reveste em um discurso de protesto, não só aponta um erro, uma insatisfação,

como também se levanta contra seus instigadores, adjuvantes ou defensores.

O protesto supõe uma recusa e um desejo de mudança; inscrevendo-se numa relação de força, ele acontece como um ato de resistência. Para tanto, ele faz apelo efetivamente àqueles que detêm o poder para intimar a satisfazer reivindicações ancoradas em valores éticos ou em princípios sociais (Amossy, 2017, p. 213).

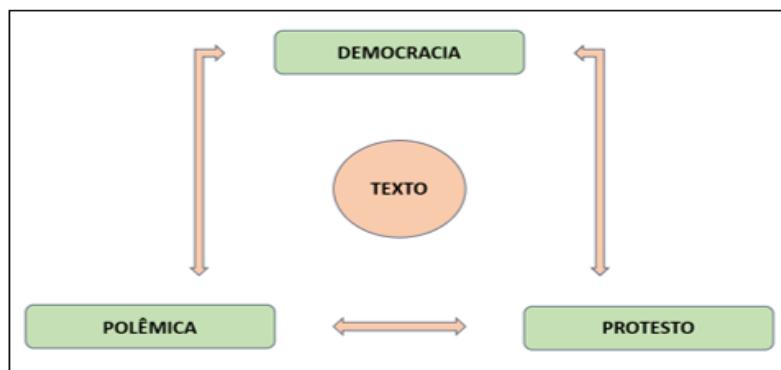
Salientamos que compreendemos o opositor ou a autoridade como alguém que não está apenas vinculado ao campo político. Esse alvo do protesto pode ser, também, um sujeito que detenha uma forte influência social, um *status* elevado que lhe garante prestígio na vida pública, e ele não se resume a apenas um sujeito, pode ocorrer que um grupo ou uma instituição assuma esse lugar que desperta as insatisfações e queixas dos protestantes.

Justificamos, portanto, a escolha em dialogar com essas duas teorias por duas razões práticas: primeiramente, ambas compreendem o protesto como atividade humana que se desenvolve no espaço democrático, e é nesse espaço que circulam os textos que produzem sentidos nas práticas discursivas de protestos.

Em segundo lugar, as motivações do protesto não são pensadas na e pela comunicação verbal, o que faz necessário adequá-las ao quadro teórico apresentado por Amossy (2017), já que a TAD, além de considerar aspectos linguageiros, genéricos, dialógicos, figurais e comunicacionais, é uma abordagem textual, embora consideremos, nesta pesquisa, o texto em um sentido mais amplo que a noção de “conjunto coerente de enunciados que formam um todo [...] [em] procedimentos de ligação que comandam seu desenvolvimento” (Amossy, 2018, p. 41).

O esquema a seguir mostra a relação entre polêmica, protesto e democracia, sendo o texto o lugar de expressão dessa dinâmica.

### **Esquema 1 – As funções da polêmica pública**



Fonte: elaborado pelos autores.

Esse esquema mostra que nosso interesse recai na construção do texto, nesse sentido, reivindicamos que o protesto não seja apreendido apenas em seus aspectos socioculturais, afetivos, motivacionais etc. Como lugar da experiência humana, segundo Bakhtin (2011), da vinculação entre o homem e tudo o que constitui o mundo social, o enunciado concreto, ou seja, o texto para nós, é o lugar de expressão dessa dinâmica de funcionamento do protesto como função social da polêmica pública. Assim, admitimos que o protesto é uma atividade social concreta construída por sujeitos em seus enunciados concretos.

Por isso adotamos o texto como ponto de partida para compreendermos os demais aspectos que constituem as interações nas ações coletivas de protesto. Assim, seu lugar é no centro de nossa observação e não mais um aspecto periférico que compõe a análise de outros elementos desse tipo de movimento social. Sendo assim, a partir desse esquema, devemos entender a democracia como o elo fundamental entre protesto e polêmica pública, que revela o caráter político dos textos produzidos em protestos; já a polêmica deve ser concebida como o fenômeno que possibilita o desenvolvimento de posições antagônicas no debate verbal público que gera o protesto; e este último, por sua vez, deve ser compreendido como o espaço das queixas e dos motivos que levam os sujeitos à ação coletiva.

## 2 Intertextualidade e interações tecnolinguageiras

A concepção de que os textos estabelecem diálogos entre si advém da noção de dialogismo fundamentada por Bakhtin (2011). Para o autor, esse fenômeno é constitutivo da linguagem, pois todo enunciado responde a outros anteriores e estabelece relação com enunciados futuros. Foi com Kristeva (1974), contudo, que o termo *intertextualidade*, ancorado na noção de dialogismo, veio a ser inaugurado nos estudos da linguagem.

Mas é com a obra *Palimpsestos*, de Genette (2010), desenvolvida no âmbito da literatura, que se propõe uma classificação dos tipos intertextuais inaugurando o conceito de *transtextualidade*, dando ao termo intertextualidade apenas os casos em que há partes de um texto-fonte em outro texto. Piègay-Gros (1996[2010]), ainda nos estudos literários, simplifica o quadro apresentado por Genette, propondo o termo geral intertextualidade para se referir às relações intertextuais de copresença e de derivação.

Reconhecemos a importância de todas essas reflexões para a compreensão do fenômeno discutido nesta pesquisa, mas utilizamos os estudos de Carva-

Iho (2018), que conferem ao fenômeno da intertextualidade uma visão ampliada, uma vez que consideramos, pautados na autora, as ocorrências intertextuais em que podemos recuperar o texto-fonte e aquelas em que admitimos uma relação intertextual mais ampla, “em que o diálogo se dá não entre textos específicos, mas entre um texto e um conjunto de textos” (Cavalcante, et al., 2020, p. 105). E, para identificar e caracterizar essas relações intertextuais em textos digitais nativos, uma vez que nosso *corpus* se constitui de textos digitais de protesto, fundamentamo-nos no estudo de Costa (2024), já que esta autora constata que alguns recursos tecnológicos da rede social X apresentam um caráter intertextual na tecnodiscursividade.

Com relação às intertextualidades estritas, há a relação de copresença a partir da *citação* (com ou sem referência<sup>5</sup>), sendo esta a relação intertextual mais explícita, já que traz o intertexto em sua versão original ao novo texto. Nas pesquisas em LT, esse tipo de intertextualidade geralmente é considerado a partir da marcação tipográfica, do uso de aspas etc. No entanto, Costa (2024) observa que essa marcação é diferente quando a citação se dá entre textos digitais on-line, e considera que a transferência de um texto a outro ocorre por meio de gestos cíclaveis. Desse modo, a citação pode ocorrer através de diversas formas e a partir de recursos linguísticos e técnicos (linhas, cores, relevos virtuais, formas geométricas etc.), sendo acompanhada por comentário. No X, por exemplo, a ferramenta “retuitar/compartilhar” permite que o usuário compartilhe o texto do outro com ou sem comentário – no primeiro caso, haverá a relação intertextual de citação, e no segundo caso, como veremos adiante, haverá transposição.

Por sua vez, a *alusão estrita* (uma menção indireta) ocorre quando o locutor deixa pistas para que seu interlocutor resgate o sentido pretendido do texto, pois há “insinuações, menções indiretas” ao texto-fonte no novo texto. No entanto, quando se trata de textos produzidos nas interações digitais, a alusão estrita recorre, segundo Costa (2024), ao conjunto de dados do sistema<sup>6</sup>, e seus elementos são recuperados contextualmente para a produção de sentidos. Os textos digitais de caráter publicitário mobilizam essa estratégia textual, é o que podemos

5 Segundo Cavalcante (2018), nem toda citação vem marcada, isso nos casos em que o locutor considera que seu(s) destinatário(s) terá(ão) condições de recuperar o intertexto, já que este pertence a um conhecimento culturalmente compartilhado.

6 A autora comprehende que existe um espaço destinado ao armazenamento de rastros dos usuários na Internet e este espaço é, por exemplo, acessado por várias empresas para gerar textos digitais personalizados para esses usuários. É daí que vem a noção de “conjuntos de dados do sistema”, que constituem as retomadas estritas de alusão.

verificar, por exemplo, em postagens de grandes empresas de produtos e serviços que fazem uso desses elementos alusivos em textos que buscam atender aos interesses do usuário da rede social X.

Nas relações de copresença, há ainda o *parafraseamento de conteúdos*, que ocorre quando o novo texto reformula o intertexto, sem com isso se desviar do conteúdo deste. Com essa estratégia, o locutor repete o texto-fonte com o intuito de comentá-lo, de esclarecê-lo etc. Todavia, na rede social X, por exemplo, ecossistema de onde retiramos os textos analisados neste trabalho, o locutor dispõe de 280 caracteres para produzir seu texto e, por isso, é comum o tuíte não fazer menção explícita ao texto que está sendo parafraseado. Costa (2024) observa que os usuários dessa rede social julgam não ser necessário sinalizar a fonte da paráfrase, já que o texto-fonte já se encontra instaurado no conhecimento compartilhado entre aqueles internautas que tuitam conforme o assunto do momento.

A esses processos, que são de copresença, Carvalho (2018) acrescenta alguns fenômenos de derivação, mas vale destacar que esses processos de derivação, como demonstra Faria (2014), recorrem às copresenças para se constituir, operando uma transformação no texto-fonte. A característica fundamental dos processos de derivação consiste na alteração do texto-fonte através de aspectos formais, estilísticos ou de conteúdos, sem a perda de aspectos semânticos.

Dentro desse grupo de relações, Carvalho (2018) aponta a *paródia* como responsável por reformular forma e/ou conteúdo do texto-fonte. No âmbito do digital, o conteúdo da paródia não é determinado pelo uso de recursos digitais nativos, embora eles sejam empregados para a elaboração e divulgação de postagens que contêm paródia (Costa, 2024). Nesse sentido, concluímos que a transformação de partes de um texto-fonte determina o conteúdo parodiado a fim de instaurar o humor (e/ou lançar um olhar crítico sobre determinada coisa ou situação) no texto, e que, para isso, o locutor mobiliza ferramentas tecnológicas para sua produção nas interações ditas on-line.

Outro tipo de derivação ocorre pelo processo intertextual de *transposição*, o qual opera a reformulação dos traços de um texto-fonte para outro texto, mas sem levar em conta o “traço humorístico” que está presente na paródia. No ambiente digital, conforme Costa (2024), em especial na rede social X, a transposição consiste, por exemplo, no ato de transpor um tuíte de um espaço para outro, seja dentro de um mesmo ecossistema (a publicação de outro usuário para seu feed), seja de um ecossistema para outro ecossistema (uma publicação que é compar-

tilhada para o *story* de um perfil na rede social Instagram). Esses diferentes modos de transpor um texto geram diferentes reformulações no sistema semiótico do texto-fonte. Destacamos, ainda, apoiados na autora, que, diferente da citação, só há casos de transposição quando não há adição de comentários. Além disso, todas as interações com o novo texto (curtir, comentar etc.) são direcionadas ao texto-fonte, o que não acontece nos casos de citação.

Além desses dois casos intertextuais de derivação, há a *metatextualidade*, definida pela relação de um texto que comenta/critica/avalia um outro texto. Esse tipo de processo intertextual é muito recorrente nas interações que ocorrem no ambiente digital on-line. Na rede social X, as postagens de perfis jornalísticos, por exemplo, recebem diversos comentários de internautas. Essas postagens, por tratarem de questões sociais e políticas, desencadeiam um movimento intertextual de metatextualidade a partir de uma série de comentários que debatem o conteúdo da postagem, às vezes concordando, às vezes discordando ou às vezes acrescentando outras informações ao que está sendo publicado.

Nas intertextualidades amplas, Carvalho (2018) propõe três tipos de relações intertextuais que podem ou não ser reconhecidas pelo interlocutor: a imitação de parâmetros de gênero, a imitação do estilo de autor e as alusões amplas a textos não particulares.

- a. *Imitação de parâmetros de gênero*: iniciada por aspectos enunciativos que ajudam a recuperar a mobilização de parâmetros de gênero (características composticionais, temáticas e funcionais que configuraram determinado gênero, marcas superestruturais e o modo de apresentação física de um texto);
- b. *Imitação de estilo de autor*: corresponde à imitação de recursos discursivos e textuais que criam uma imagem do autor, isto é, esses recursos apresentam um dado estilo que se apresenta reconhecível. Carvalho (2018) salienta que esse tipo de imitação pode se dar de maneira singular (imitando o estilo de determinado autor – o estilo de Guimarães Rosa) ou coletiva (imitando vários autores que têm em comum o mesmo estilo – o estilo do Parnasianismo);
- c. *Alusão ampla a textos não particulares*: essa remissão ocorre por meio de referências indiretas não a um texto específico, mas a um conjunto de textos que tratam da mesma temática ou de uma situação partilhada coletivamente em uma dada cultura, manifestável por textos diver-

sos.

O esclarecimento sobre os diálogos intertextuais mostra que a intertextualidade é um fenômeno que confere ao texto um caráter heterogêneo, uma vez que, de acordo com Koch, Bentes e Cavalcante (2012, p. 12), “dele fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, a que alude ou aos quais se opõe”. Assim, utilizamos essa categoria da LT para compreender como os sentidos se constituem em processos intertextuais entre textos digitais nativos, mobilizados a partir de uma orientação argumentativa que sinaliza as motivações da ação coletiva de protesto num cenário de polêmica pública.

Além do critério intertextual, consideramos pertinente levar em conta os aspectos que constituem a interação no ambiente digital, pois, no mundo atual, cercado pelas possibilidades da era digital on-line, a interação alcança novos patamares que lhe imprimem novas características e que, consequentemente, afetam significativamente a maneira de se produzir, de fazer circular e de interpretar textos. Nesse sentido, segundo Muniz-Lima (2024), o texto acontece em interação e tem seu início, meio e fim determinados nesse processo.

No contexto digital, as realizações textuais se constituem a partir do contexto sociocomunicativo, histórico e cultural, abrangendo sistemas semióticos imagético, sonoro e gestual em relação com aspectos de ordem tecnológica. Assim, a autora supracitada reforça que

[a] postura sociocognitivo-interacional da Linguística Textual já ultrapassa a clássica distinção linguístico *versus* extralinguístico nos estudos da linguagem, de modo que o contexto sociocomunicativo, histórico e cultural, que pode envolver a presença de aspectos tecnológicos, já era compreendido como imprescindível para a análise dos sentidos e das referências dos textos (Muniz-Lima, 2024, p. 87).

No intuito de apreender o(s) sentido(s) do texto nas interações que se desenvolvem nesse contexto, Muniz-Lima (2022), em sua tese de doutorado, propõe, a partir de um diálogo com a Análise do Discurso Digital de Paveau (2020), uma análise do texto digital em uma abordagem pós-dualista, evidenciando “a consideração de aspectos tecnológicos no estudo do texto sem hierarquia entre matéria linguageira e tecnológica” (p. 69). Dessa maneira, na LT, uma análise das práticas textuais no contexto digital deve obedecer a uma abordagem que leve em conta a confluência entre linguagem e tecnologia, confluência esta que refle-

te o hibridismo entre dados humanos e não humanos nesse contexto. No quadro a seguir, observamos os aspectos que contribuem para a construção de sentidos em contexto digital apontados por Muniz-Lima (2022, 2024) e damos ênfase à interatividade e aos sistemas semióticos.

### Quadro 1 – Aspectos envolvidos na interação digital

<b>Mídia</b>	Meio tecnolinguageiro que configura os processos de coconstrução de sentidos entre interlocutores, organizando a produção e recepção de textos, fazendo-os circular.
<b>Suporte</b>	Parte física ou mais material dos elementos da interação.
<b>Interatividade</b>	Aspecto tecnolinguageiro que diz respeito ao processo de ações diretas, ativas e síncronas entre interlocutores no processo de construção de sentidos e que se apresenta em níveis, em função do controle do conteúdo, do caráter dialogal e da sincronicidade.
<b>Sistemas semióticos</b>	A interferência dos sistemas semióticos escrito, oral, imagético, gestual e sonoro no processo de construção de sentidos em contexto digital.

Fonte: elaborado a partir de Muniz-Lima (2022, 2024).

A *interatividade* diz respeito ao uso de ações diretas, ativas e síncronas no processo de construção de sentidos entre interlocutores numa interação digital. Assim, Muniz-Lima (2024) destaca três aspectos pelos quais podemos observar a interatividade: 1. Pelo *controle do conteúdo* – os interlocutores podem controlar ou reagir aos textos de diversas formas no ambiente digital, seja por meio de recursos tecnológicas de edição, de compartilhamento ou até mesmo de exclusão. 2. Pelo *caráter dialogal* – nas interações digitais, os interlocutores dispõem de inúmeras possibilidades para instaurar trocas de turnos, estabelecendo respostas entre si a partir de trocas dialogais, sejam elas monogeridas ou poligeridas. 3. Pela *sincronicidade* – esse aspecto corresponde ao tempo de resposta na interação digital, que pode ser menor ou maior, dependendo do nível de engajamento ativo dos interlocutores, assim, para a autora, quanto menor o tempo de resposta, maior será o nível de interatividade entre os participantes da interação.

No que diz respeito aos sistemas semióticos, devemos salientar que a noção de texto que utilizamos nesta pesquisa já nos orienta a considerar esse aspecto como pertinente para a construção de sentidos, já que o texto é uma unidade

de natureza multimodal (Cavalcante et al., 2022). Assim, para a análise de textos digitais nativos, faz-se necessário considerar a *oralidade*, que pode, por exemplo, se revelar de forma bem explícita por meio de uma videoaula on-line; a *escrita*, que se dá pelo uso de grafemas nas produções tecnolinguageiras; a *imagem*, aspecto muito utilizado nas interações digitais, seja em sua forma dinâmica (*gifs* animados, por exemplo), seja em sua forma estática; o *gesto*, que corresponde às expressões faciais, aos olhares, às mímicas etc.; e, por último, o *som*, sistema relacionado às melodias, aos ruídos etc. Muniz-Lima (2024) destaca que a diferença entre o sistema semiótico oral e o sistema semiótico sonoro consiste em que o primeiro está relacionado ao canal fônico e o segundo a todos os outros tipos de sons que podemos identificar nas interações digitais.

### **3 Análise intertextual de protestos em polêmicas públicas no ecossistema X**

Desenvolvemos uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva, pois fazemos a descrição e interpretação de dois textos selecionados na rede social X, produzidos no contexto polêmico sobre o PL 1904/24. Além disso, a delimitação do universo parte do pressuposto de que a ação coletiva de protesto, na contemporaneidade, se desenvolve não apenas nas ruas ou nas ocupações de outros espaços físicos, mas também na produção e na circulação de textos de protesto no ecossistema digital. Nesse sentido, optamos por analisar textos de protesto produzidos na rede social X, considerando que, nesse ecossistema, as questões polêmicas ganham rapidamente a atenção de inúmeros internautas (os *Trending Topics*, por exemplo, dão destaque a vários assuntos polêmicos debatidos entre os usuários dessa rede social).

Partindo dessas considerações metodológicas, analisamos a intertextualidade como aspecto fundamental para a polêmica nos textos de protesto, levando em conta as ferramentas tecnolinguageiras da rede social X.

Em junho de 2024, o deputado federal Sóstenes Cavalcante do Partido Liberal (PL-RJ) apresentou, juntamente com outros deputados da Frente Parlamentar Evangélica, o texto do Projeto de Lei 1904/24, com o objetivo de criminalizar o aborto após 22 semanas de gestação, incluindo os casos oriundos de estupro. A proposta recebeu duras críticas por parte de outros políticos, bem como atualizou a polêmica sobre o aborto no Brasil.

Diversos meios de comunicação alimentaram o debate sobre o PL 1904/24, e vários movimentos de protestos tomaram as ruas e as redes sociais digitais. Nas ruas, por exemplo, mulheres de várias idades ocuparam espaços públicos em di-

versas cidades brasileiras a fim de manifestar desaprovação com o “PL do Estupro”. Por sua vez, na rede social X, por exemplo, a hashtag #PLDOESTUPRONÃO virou palavra de ordem nos textos produzidos por manifestantes contra a proposta de lei.

### Texto 1 – Protesto contra PL do Estupro



Fonte: <https://x.com/Boscardin/status/1801600005100191842>. Acesso em: 23 jun. de 2024.

No texto em tela, podemos observar que o locutor se junta a outras vozes da ação coletiva, manifestando-se contra a proposta de lei apresentada pelo deputado federal Sóstenes Cavalcante. Os alvos da ação são identificados pelo uso da hashtag #PLDOESTUPRONÃO, elemento tecnolinguístico clicável e recorrente em protestos desenvolvidos na rede social X, e pela expressão “bancada evangélica”, representada principalmente por políticos de direita ou de extrema-direita.

O locutor lança uma pergunta ao seu interlocutor com o intuito de fazê-lo chegar à conclusão do porquê esses políticos estarem defendendo o PL 1904/24. A orientação para a resposta da pergunta se dá a partir da retomada intertextual que podemos observar nas oito manchetes jornalísticas destacando vários casos

de envolvimento de líderes religiosos com estupro e pedofilia: “Líder de Igreja em Goiás é preso sob suspeita de importunação sexual” – Folha de São Paulo; “Militar do Exército e pastor é preso em flagrante por estupro de adolescente de 13 anos que frequentava igreja dele” – G1 Rio de Janeiro; “Pastor é preso por suspeita de abusar de menina de 9 anos e fazê-la vender conteúdo pornográfico” – O Globo; “Pastor de igreja evangélica de BH é denunciado por abuso sexual contra crianças e adolescentes” – O Tempo; “Pastor evangélico que estuprou neta dos 6 anos 9 anos é preso em AL” – Metrópoles; “Pastor denuncia escândalo de abuso sexual em igreja evangélica em MG” – Estado de Minas; “Pastor que já foi condenado por estuprar criança abusa de fiel e é preso no DF” – CNN Brasil; “Pastor é preso suspeito de abuso sexual contra adolescente de igreja em Guarulhos” – Estadão.

Por meio de print (recurso tecnológico de edição de imagem que possibilita o controle de conteúdo nesse tipo de interação), o internauta cita no tuíte várias manchetes de grandes veículos brasileiros de informação e comunicação, dando maior credibilidade ao seu ponto de vista. Ou seja, a citação a esses textos reforça o posicionamento do locutor, funcionando como uma espécie de argumento de autoridade e apontando os reais interesses daqueles que defendem o PL 1904/24: punir mulheres que são vítimas de abuso sexual e não punir severamente aqueles que estupram, muitas vezes um líder religioso cristão.

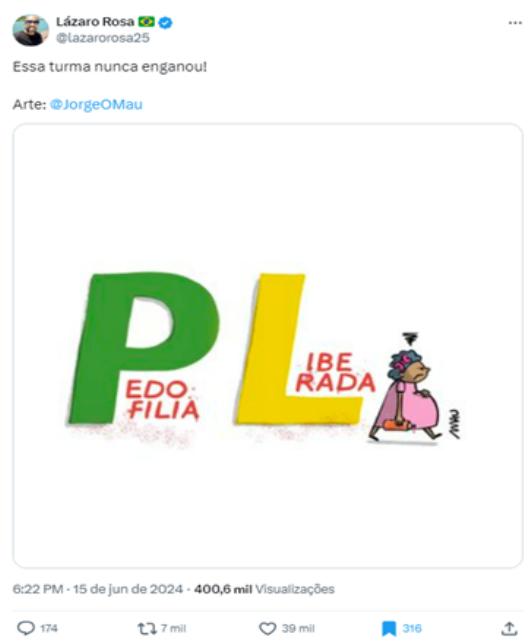
Assim, a autoria de cada texto-fonte é estrategicamente evidenciada no print para que o interlocutor chegue à conclusão desejada pelo locutor do texto. Essa citação é demarcada pela forma geométrica retangular, em que as bordas sinalizam as fronteiras entre o novo texto e o(s) texto(s)-fonte.

A hashtag #PLDOESTUPRONÃO e a relação intertextual de copresença por citação contribuem para uma alusão ampla, uma vez que o tuíte faz um movimento de retomada não só ao texto da proposta de lei, mas também a todo o debate suscitado por ele naquele momento por políticos, psicólogos, juristas, artistas e militantes. No que diz respeito ao uso de hashtag, Lima-Neto e Carvalho (2023, p. 12) constatam que esse recurso tecnológico evoca “diálogos amplos, mostrando que há uma relação tangível entre um conjunto de textos difusos” no ecossistema digital, o que verificamos no X com o uso da hashtag #PLDOESTUPRONÃO. Esses diálogos intertextuais conduzem o leitor a um ponto de vista em que o locutor apresenta uma motivação instrumental no protesto: o arquivamento do Projeto de Lei 1904/24.

Entretanto, embora a motivação instrumental seja a predominante, há ainda a construção de um movimento identitário em evidência quando o locutor

busca identificar (e reforçar essa identificação com as citações) o grupo por trás dos interesses da proposta de lei. Em outras palavras, o alvo do protesto é o PL, mas também os políticos evangélicos, criadores e defensores de tal projeto, que assumem o papel de adversário nesse protesto situado em uma polêmica pública.

### Texto 2 – Charge de protesto contra PL



Fonte: <https://x.com/lazarorosa25/status/1802089231801618525>. Acesso em: 21 jun. de 2024.

A citação presente no texto 2, com a autoria sinalizada pelo @ (segmento tecnolinguístico que identifica e/ou convoca o outro) do artista que criou a charge e marcada pela forma geométrica quadrada, orienta a dois sentidos possíveis por meio de conteúdo parodiado.

Primeiro, podemos identificar os responsáveis (ou a “turma” que não engana, segundo a expressão utilizada pelo locutor) por tal proposta de lei. Em outras palavras, o Partido Liberal, partido em que o ex-presidente Jair Bolsonaro é o principal representante, é colocado como responsável pelo projeto que irá consequentemente aumentar o número de casos de estupro de menores. A paródia se dá na transformação dos termos “Partido Liberal” por “Pedofilia Libera-  
da”, reforçada pelas cores verde e amarelo<sup>7</sup> muito utilizadas pelos apoiadores do

7 Novamente ressaltamos que a noção de texto que utilizamos nesta pesquisa nos orienta a considerar o aspecto imagético como pertinente para a construção de sentidos, tendo em vista a natureza multimodal do texto (Cavalcante et al., 2022).

ex-presidente brasileiro. Essas cores remetem a uma alusão ampla que retoma um conhecimento compartilhado na sociedade brasileira, já que, em inúmeras ocasiões, Bolsonaro e seus apoiadores se apropriaram das cores da banderia do Brasil como forma de mostrar uma postura patriota.

Em segundo lugar, podemos considerar que o conteúdo parodiado é o próprio “Projeto de Lei” (o texto apresentado pelo deputado Sóstenes Cavalcante) por “Pedofilia Liberada”, para destacar o malefício desse PL para o Brasil. No texto, a imagem da criança grávida, com aparência de irritada, constrói esses sentidos ao acrescentar “-edofilia” e “-iberada” às siglas PL com o tubo de tinta vermelha em sua mão, ressaltando quem são as grandes vítimas do PL dos bolsonaristas e políticos evangélicos. Compreendemos, pois, que o locutor cita a charge para denunciar culpados e expressar indignação e raiva diante de tal Projeto de Lei que aumentará muito mais o número de meninas vítimas de abuso sexual.

Com base na análise dos dois textos, pudemos observar que alguns recursos da rede social X estabelecem relações intertextuais pertinentes não só para a construção de sentidos que reforçam as motivações dos sujeitos engajados em práticas de protesto, como também contribuem para disseminar a ação coletiva de protesto no ecossistema digital, pois são os diálogos intertextuais que criam o efeito de coletividade do protesto no ecossistema digital X.

## Considerações finais

Dada a importância e as possibilidades de interação na rede social X, o protesto contemporâneo tem utilizado esse ecossistema como palco de ações coletivas. O texto, que nessa mídia se constitui pela multimodalidade e pela relação entre linguagem e tecnologia, ganha características distintas dos textos de protestos de rua, que geralmente usam cartazes, panfletos, corpos riscados com palavras de ordem ou o canal fônico.

Diante desse novo cenário de protestos, temos observado, a partir da análise dos textos, que as relações intertextuais também se dão de maneiras distintas, a fim de reforçar as reivindicações, as identidades ou os sentimentos dos sujeitos que participam de práticas discursivas de protesto no ecossistema X. Isto é, os resultados apontam que os diálogos intertextuais não só reforçam um posicionamento coletivo no protesto, mas também sinalizam as motivações dos participantes da ação coletiva.

Além disso, o @, a hashtag, as formas geométricas para sinalizar a retomada a outro texto, o conteúdo imagético, entre outros recursos tecnológicos

são fundamentais para que as relações intertextuais estritas e amplas se efetivem nesse espaço digital on-line; por isso é necessário um olhar atento aos aspectos tecnolinguageiros que contribuem para a construção de sentidos de textos digitais nativos.

Por fim, destacamos o elo entre polêmica pública e protesto, tendo em vista o papel desses fenômenos para questões que sempre colocam pelo menos dois lados em oposição numa sociedade democrática.

## Referências

- AMOSSY, R. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.
- AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.
- AMOSSY, R. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Org.). **Análises do discurso hoje**, vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 231-254.
- AMOSSY, R. Argumentação e análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. **EID&A**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, nov. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2018.
- CARVALHO, A. P. L. **Sobre intertextualidades estritas e amplas**. 2018. 136 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/39589>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- CAVALCANTE, M. M.; CARVALHO, A. P. L.; SILVA, A. A.; DUARTE, A. L. M.; PINHEIRO, C. E. S.; MUIZ-LIMA, I.; FERNANDES, J. O.; BARROS, J. M.; SOARES, M. S.; FARIA, M. G. S.; BRITO, M. A. P.; MARTINS, M. A.; MACEDO, P. S. A.; OLIVEIRA, R. L.; PINTO, R.; CORTEZ, S. L.; FILHO, V. C. **Linguística Textual e Argumentação**. Campinas, SP: Pontes editores, 2020.
- CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P.; CIULLA, A.; SILVA, A. A.; DUARTE, A. L. M.; CATELÃO, E. M.; SILVA, F. O.; MATOS, J. G.; MUIZ-LIMA, I.; FERNANDES, J. O.; SÁ, K. B.; SOARES, M. S.; FARIA, M. G. S.; MARTINS, M. A.; MACEDO, P. S. A.; OLIVEIRA, R. L.; SANTOS, S. A.; CORTEZ, S. L.; FILHO, V. C. **Linguística textual: conceitos e aplicações**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.
- COSTA, D. C. B. **Intertextualidades em ambientes digitais**. 2024. 146 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/79244>. Acesso em: 02 de fev. 2025.
- FARIA, M. G. S. **Alusão e citação como estratégias na construção de paródias e paráfrases em textos verbo-visuais**. 2014. 118 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/8919>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GENETTE, G. **Palimpsestos** – a literatura de segunda mão. Edições Viva Voz, Belo Horizonte, 2010.

GRIGOLI, J. J. Quatro modelos normativos de democracia representativa: As versões elitista, liberal, pluralista, participativa e deliberativa. **Pensamento Plural**, v. 7, n. 14, p. 113-126, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/index>. Acesso em: 20 jun. 2024.

KLANDERMANS, B. A oferta e a demanda da participação: os correlatos psico-sociais da participação nos movimentos sociais. In: SILVA, A. S.; CORRÊA, F. (Org). **No interstício das disciplinardades**: a psicologia política. 1. ed. Curitiba: Editora Primas, 2015, p. 123-173.

KOCH, I. G. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. **Intertextualidade**: diálogos possíveis. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KRISTEVA, J. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

LIMA-NETO, V.; CARVALHO, A. P. L. Sobre as intertextualidades em ambientes digitais: o uso de hashtags. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 67, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/17006>. Acesso em: 01 jan. 2025.

MUNIZ-LIMA, I. **Modos de interação em contexto digital**. 2022. 178 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/64516>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MUNIZ-LIMA, I. **Linguística textual e interação digital**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.

PAVEAU, M. Discursos e links: hipertextualidade, tecnodiscursividade, escrileitura.. In: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. (Org). **Texto, discurso e argumentação**: traduções. São Paulo: Pontes Editores, 2020.

PIÈGAY-GROS, N. Introduction à l'intertextualité. Paris: Dunod, 1996. Traduzido por CAVALCANTE, M. M.; GENTIL, M. M. F. B.; JAGUARIBE, V. M. F. **Interseções**, n. 1, p. 220-244, 2010.

ROSA, L. A.; KLANDERMANS, B. Psicologia Social do Protesto: um panorama teórico a partir da realidade brasileira. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/NRBy7M6Gs3h7Qpm9Pht7Qsj/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2024.

STEKELENBURG, J. V.; KLANDERMANS, B. **A social psychology of protest**. Cambridge University Press, 2023.

TARROW, S. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

## Sobre a autora e o autor

**Maria da Graça dos Santos Faria** - Pós-Doutora em Linguística; Professora Titular do curso de Letras e Membro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); São Luís – MA; E-mail: [faria.maria@ufma.br](mailto:faria.maria@ufma.br); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5255188189054410>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2704-0497>.

**Rafael Botelho Dutra** - Graduado em Letras; Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PGLetras) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA); São Luís – MA; E-mail: rafael.botelho@discente.ufma; Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0665613542221355>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7582-3800>.